PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº _____, DE 2018

(Do Sr. Chico Alencar)

Susta os efeitos do artigo 72 do Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018, que permite, por ato do Ministro de Minas e Energia, outorgar autorização de pesquisa ou concessão de lavra em reservas nacionais.

O CONGRESSO NACIONAL, no uso de suas atribuições e, com fundamento no artigo 49, incisos V, X e XI, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º - Este Decreto susta os efeitos do art. 72 do Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018, publicado em 13 de junho no Diário Oficial da União (DOU).

Art. 2º - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O artigo atacado neste projeto de decreto legislativo estabelece o seguinte:

Art. 72. Em zona declarada reserva nacional de determinada substância mineral ou em áreas específicas objeto de pesquisa ou lavra sob o regime de monopólio, o Poder Executivo federal poderá, mediante condições especiais condizentes com os

interesses da União e da economia nacional, outorgar autorização de pesquisa ou concessão de lavra de outra substância mineral, quando os trabalhos relativos à autorização ou à concessão forem compatíveis e independentes dos relativos à substância da reserva nacional ou do monopólio.

§ 1º Nas reservas nacionais, a pesquisa ou lavra de outra substância mineral somente será autorizada ou concedida nas condições especiais estabelecidas em ato do Ministro de Estado de Minas e Energia, ouvidos, previamente, os órgãos governamentais interessados.

§ 2º Nas áreas sob regime de monopólio, a pesquisa ou a lavra de outra substância mineral somente será autorizada ou concedida nas condições especiais estabelecidas em ato do Ministro de Estado de Minas e Energia, ouvido, previamente, o órgão executor do monopólio.

§ 3º Verificada, a qualquer tempo, a incompatibilidade ou a dependência dos trabalhos, a autorização de pesquisa ou concessão de lavra será revogada.

§ 4º O direito de prioridade não se aplica às hipóteses previstas neste artigo e cabe ao Poder Executivo federal outorgar a autorização ou a concessão tendo em vista os interesses da União e da economia nacional.

Tal determinação possibilita, via decisão ministerial, a outorga de autorização de pesquisas ou concessão de lavra em áreas de reservas nacionais, possibilitando, na prática, a desvirtuação das reservas minerais que estão sob o controle do Estado brasileiro, com graves consequências socioambientais. Não há sequer previsão de oitiva das comunidades afetadas ou consulta aos povos e comunidades tradicionais nas áreas potencialmente afetadas pela exploração minerária.

A Constituição reconhece a organização social, os costumes, as línguas, as crenças, as tradições e os direitos originários aos povos indígenas (art. 231), além da garantia constitucional dos direitos territoriais às comunidades quilombolas (art. 68 - ADCT). Também impõe a necessidade de autorização do Congresso Nacional - ouvidas as comunidades afetadas - para exploração de recursos minerais e potências hidráulicos nos territórios indígenas (art. 231, §3º).

Destaque-se também que o direito à consulta prévia, livre e informada está prevista na Convenção nº 169 da OIT, recepcionada no Brasil pelo Decreto

nº 5051/2004. De acordo com o instrumento internacional, à consulta livre, de boa-fé e mediante circunstâncias apropriadas aos povos interessados quando medidas legislativas ou administrativas possam afetá-los (art. 6º).

Além disso, o princípio da proibição do retrocesso social veda qualquer tipo de retirada de Direitos Sociais constitucionalmente consagrados. O objetivo de tal princípio é desautorizar medidas administrativas ou legislativas que sejam restritivas ou supressivas de Direitos, especialmente quando atinge setores mais vulneráveis da população, que extrapolem os limites constitucionais e ataquem garantias sociais, especialmente em relação aos povos e comunidades tradicionais.

De acordo com a lição do Prof. Ingo Sarlet:

Com efeito, a proibição de retrocesso significa em primeira linha que toda medida que diminua a proteção do ambiente deva ser presumida (relativamente) inconstitucional, salvo preenchidos um conjunto de critérios e que, sempre analisados à luz das circunstâncias do caso, ensejam um juízo de inconstitucionalidade acompanhado da correspondente sanção¹.

Dessa forma, de uma só vez, o artigo nº 72 do Decreto que o presente PDC visa sustar viola: (i) os Direitos territoriais garantidos constitucionalmente; (ii) o Direito à consulta livre, prévia e informada dos povos e comunidades tradicionais, positivados na Convenção nº 169 da OIT e recepcionados pelo Brasil; (iii) a proibição do retrocesso socioambiental.

Destaque-se, ainda, que os povos e comunidades impactados pela mineração, assim como as entidades de defesa de direitos socioambientais, não foram consultados em nenhum momento sobre o referido decreto. Ao que tudo indica, tratou-se de uma norma arquitetada entre as empresas do setor e o governo federal.

¹ “A proibição de retrocesso na proteção e promoção de um meio ambiente saudável”. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-mar-25/direitos-fundamentais-proibicao-retrocesso-protacao-meio-ambiente-saudavel>

Sem prejuízos de futuros questionamentos de outros dispositivos do decreto ora atacado, é fundamental que seja sustado urgentemente o artigo 72, tendo em vista o seu caráter destrutivo para o meio ambiente e os direitos territoriais.

Por todo o exposto, o inciso V do art. 49 da Constituição Federal (CF) atribui importantíssima competência exclusiva ao Congresso Nacional, qual seja, a de sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

Observa-se, portanto, que o 72 do Decreto nº 9.406, de 12 de junho de 2018 nº 12, extrapolou, e muito, o poder regulamentar concedido ao Poder Executivo e é totalmente incompatível com os princípios reitores da Constituição Federal de 1988.

Dessa forma, cabe ao Congresso Nacional, ouvindo o clamor e a séria preocupação dos movimentos sociais, da comunidade científica, dos povos e comunidades tradicionais e da população diretamente afetada pela mineração, com fundamento na Constituição Federal, sustar o referido artigo.

Sala das Sessões, 14 de junho de 2018.

CHICO ALENCAR

Deputado Federal
Líder do PSOL